

a trabalhadora a seguir identificada, na data identificada, auferindo a remuneração que a seguir, também, se identifica:

Maria Teresa Henrique Carvalho dos Santos Dias, 23 de Setembro de 2010, posição remuneratória 5, nível 27, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, a que corresponde o montante de 1819,38€.

Mais se torna público que, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e por força do disposto no artigo 73.º do RCTFP, atenta a data de celebração do respectivo contrato, a trabalhadora acima identificada concluiu com sucesso o respectivo período experimental na carreira/categoria de Técnico Superior, de acordo com o processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o qual se encontra arquivado no processo individual de cadastro, sendo o tempo de duração do período experimental contado para efeitos da actual carreira e categoria.

19 de Julho de 2011. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *Prof. Doutor Jorge Manuel Torgal Dias Garcia*.

204992496

Aviso n.º 17882/2011

Considerando a autorização datada de 5 de Agosto de 2009, bem como os, então, pareceres favoráveis de S. E. o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 22/07/2009, e de S.E. o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, em 30/07/2009, foi autorizada a abertura de 42 procedimentos concursais nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico ainda no ano de 2009.

Terminados os respectivos procedimentos e no cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14389/2009 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 13 de Agosto de 2009, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeitos a período experimental de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 2 da Cláusula 6.ª do Acordo colectivo de trabalho n.º 1/2009, com as trabalhadoras a seguir identificadas, nas datas identificadas, auferindo, respectivamente, a remuneração que a seguir, também, se identifica:

Magda Raquel Correia Pedro, 23 de Setembro de 2010, posição remuneratória 5, nível 27, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, a que corresponde o montante de 1819,38€;

Margarida Viana de Ferraz Guimarães, 23 de Setembro de 2010, posição remuneratória 5, nível 27, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, a que corresponde o montante de 1819,38€.

Mais se torna público que, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e por força do disposto no artigo 73.º do RCTFP, atenta a data de celebração dos respectivos contratos, as trabalhadoras acima identificadas concluíram com sucesso os respectivos períodos experimentais na carreira/categoria de Técnico Superior, de acordo com os respectivos processos de avaliação, elaborados nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, os quais se encontram, respectivamente, arquivados nos processos individuais de cadastro, sendo o tempo de duração dos respectivos períodos experimentais contados para efeitos da actual carreira e categoria.

19 de Julho de 2011. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *Prof. Doutor Jorge Manuel Torgal Dias Garcia*.

204992511

Aviso n.º 17883/2011

Considerando a autorização datada de 5 de Agosto de 2009, bem como os, então, pareceres favoráveis de S. Ex.ª o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 22/07/2009, e de S. Ex.ª o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, em 30/07/2009, foi autorizada a abertura de 42 procedimentos concursais nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico ainda no ano de 2009.

Terminados os respectivos procedimentos e no cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14390/2009 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 13 de Agosto de 2009, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período

experimental de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 2 da Cláusula 6.ª do Acordo colectivo de trabalho n.º 1/2009, com a trabalhadora a seguir identificada, na data identificada, auferindo a remuneração que a seguir, também, se identifica:

Raquel Sofia Faustino da Silva, 23 de Setembro de 2010, posição remuneratória 4, nível 23, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, a que corresponde o montante de 1613,42€.

Mais se torna público que, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e por força do disposto no artigo 73.º do RCTFP, atenta a data de celebração do respectivo contrato, a trabalhadora acima identificada concluiu com sucesso o respectivo período experimental na carreira/categoria de Técnico Superior, de acordo com o processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o qual se encontra arquivado no processo individual de cadastro, sendo o tempo de duração do período experimental contado para efeitos da actual carreira e categoria.

19 de Julho de 2011. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *Prof. Doutor Jorge Manuel Torgal Dias Garcia*.

204992536

Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.

Delegação Regional do Centro

Despacho n.º 11823/2011

Termo de período experimental

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo do IDT, I. P., de 7 de Julho de 2011:

Para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de Agosto, e artigos 73.º a 78.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, declara-se a conclusão com sucesso do período experimental dos Assistentes Graduados José Manuel do Nascimento Fernandes e Maria dos Prazeres Gomes de Figueiredo Reis Teixeira Francisco, tendo obtido a avaliação final de 18 (dezoito) valores.

13 de Julho de 2011. — O Delegado Regional do Centro, *António Carlos de Paiva Ramalheira*.

204934897

Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 17884/2011

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P. de 31 de Março de 2011:

Na sequência da homologação da lista de classificação final do concurso interno de acesso limitado para ocupação de três postos de trabalho na categoria de técnico superior, área de psicologia clínica, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P., aberto por aviso afixado em 6 de Agosto de 2010, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na categoria de técnico superior, área de psicologia clínica, com Sandra Cristina Salvador Barata Pires Igreja, com o vencimento de 1.750,73€ (mil setecentos e cinquenta euros e setenta e três cêntimos) com a correspondência entre a 4.ª e 5.ª posição remuneratória e entre os níveis 23 e 27, com José Ângelo Vieira de Sousa com o vencimento de 1.819,38€ (mil oitocentos e dezanove euros e trinta e oito cêntimos) correspondente à 5.ª posição remuneratória e 27.º nível e com Ana Carolina Teixeira Barroso com o vencimento de 1.201,48€ (mil duzentos e um euros e quarenta e oito cêntimos) correspondente à 2.ª posição remuneratória e ao 15.º nível. Estes contratos produzem os seus efeitos a 1 de Abril de 2011.

1 de Julho de 2011. — O Delegado Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *António Manuel Figueiredo Maia*.

204897312

Aviso n.º 17885/2011

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P. de 31 de Março de 2011:

Na sequência da homologação da lista de classificação final do concurso interno de acesso limitado para ocupação de um posto de trabalho